

ESCOLA PÚBLICA E CLASSE TRABALHADORA: OPOSIÇÃO E CONFORMISMO

Nilton Bueno Fischer*
Tomaz Tadeu da Silva**

RESUMO

Análises feitas a respeito das relações entre as classes subalternas e a escola pública têm sido caracterizadas por interpretações sobre os interesses populares. Este artigo, ao contrário, parte da visão que os pais (pertencentes às classes subalternas) têm da escola de seus filhos.

Na coleta de dados utilizaram-se entrevistas não estruturadas e observações de eventos da vida cotidiana.

Um dos resultados deste estudo diz respeito à impotência que estes pais têm perante a escola, em contraste com a agilidade que a mesma tem em atender as demandas da burocracia oficial.

Propomos neste artigo que a nossa compreensão crítica da escola ultrapasse os limites das propostas reducionistas, para levar em conta aspectos tanto estruturais quanto culturais.

1 INTRODUÇÃO

Uma característica persistente da escola pública brasileira é o pouco cuidado com que ela tem atendido as crianças das classes subalternas, as quais constituem a maioria dos que a freqüentam. Sem dúvida, não cairemos na armadilha de situar na escola o fulcro da divisão desta sociedade em classes. A desigualdade perante a escola é apenas uma dentre as conseqüências daquela divisão; é mais um dos índices sinalizadores de desigualdade fundamental, o acesso à propriedade dos meios de produção. Entretanto, acreditamos que as relações sociais

* Doutor em Educação; Professor do Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação da UFRGS.

** Mestre em Educação; Professor da Faculdade de Educação da UFRGS; Doutorando (Stanford University).

estabelecidas na escola existente, entre ela e as classes subalternas, correspondem estreitamente àquelas estabelecidas na esfera econômica e reproduzidas nas relações sociais em outras instituições. Desvendar a injustiça dessas relações e agir politicamente para diminuí-la não significa renunciar à luta maior, antes, a luta pela justiça e por relações simétricas em locais específicos é parte do processo de luta por uma sociedade em que o acesso diferencial aos meios de existência seja superado.

Muitos aspectos da desigualdade das classes subalternas perante a escola têm sido amplamente estudados e debatidos: 1) antes de mais nada, as classes proprietárias e as classes médias (estas cada vez menos) podem optar por uma escola particular, um controle (usualmente justificado em bases doutrinárias, mas na verdade, de fundo econômico) que as classes populares não têm. Isto lhes dá ainda um controle adicional, o de influir no tipo de pedagogia da escola escolhida; 2) a inexistência de escolas que atendam à demanda das classes populares ainda constitui o indicador mais grosseiro da desigualdade diante da escolarização; 3) mesmo quando o acesso à escola é teoricamente possível pela existência de escolas em número suficiente, este é dificultado na prática pelas condições materiais de existência das classes populares — desnutrição; entrada precoce no mercado de trabalho; etc; 4) o índice de reprovação, evasão e repetência na zona rural, em relação à urbana, e nesta, nas escolas que atendem às classes populares, observado consistente e insistentemente ao longo de várias décadas, é um índice tanto das condições materiais desiguais de existência dessas classes, que não tendo suas necessidades fundamentais atendidas (alimentação, habitação, vestuário, saúde) vêm-se impedidas de desenvolver seu potencial de pessoa humana através da educação, quanto da má qualidade da escolarização que lhes é oferecida.

Entretanto, um aspecto freqüentemente esquecido no estudo da escola brasileira é o da visão que os sujeitos da escolarização têm da escola, embora alguns pesquisadores, mais recentemente, tenham se preocupado em estudá-lo (por exemplo: Fukui, 1982). Tem-se, por um lado, o Estado, através de sua burocracia educacional, prescrevendo e aplicando políticas educacionais para as classes subalternas, muitas vezes até mesmo em reação a lutas populares por mais e melhores escolas, mas quase sempre a partir de uma visão tecnocrática do planejamento que leva pouco em conta os interesses das classes subalternas. Por outro lado, observa-se, sobretudo em círculos de educadores mais progressistas e em círculos acadêmicos, uma preocupação em analisar criticamente aquelas propostas oficiais e, por seu turno, propor soluções alternativas baseadas na sua interpretação de quais são os interesses populares. Ausente sempre da cena, de um e de outro lado, a fala dos que sofreram e sofrem as conseqüências da escola que lhes é destinada.

Nas páginas que se seguem descrevemos e analisamos os resultados de uma pesquisa (Fischer, 1981) que procurou descobrir as perspectivas que alguns pais

de classe trabalhadora têm da escolarização que tiveram e a da de seus filhos. O relato é parte de uma pesquisa realizada com os habitantes de uma vila periférica da Região Metropolitana de Porto Alegre(a). A pesquisa tinha como objetivo descrever e analisar as relações de subordinação que esses trabalhadores mantinham em algumas esferas de suas vidas cotidianas: trabalho, família, igreja, escola. O método básico de coleta de dados usado foi o de entrevistas não estruturadas e observação de eventos da vida cotidiana nos locais mencionados. Neste artigo focalizaremos somente o resultado das entrevistas no que se refere ao relacionamento desses trabalhadores com a instituição escolar. Em artigo em preparação descreveremos o resultado de uma micro-etnografia de um evento escolar envolvendo o relacionamento família/escola.

2. REPRESENTAÇÕES SOBRE A ESCOLA: A VISÃO DOS PAIS

A julgar pelas entrevistas, as perspectivas atuais que estes pais de classe trabalhadora têm sobre as relações de autoridade com os professores de seus filhos são baseadas em dois fatores principais, os quais influenciariam seu pensamento tanto sobre o papel da escola quanto sobre o papel dos professores. O primeiro desses fatores é sua própria experiência de punição, quando eles freqüentavam a escola; o segundo é de sua preocupação com a responsabilidade pelo futuro de suas crianças. Na maior parte das vezes, este segundo aspecto está relacionado à idéia de que os pais devem aceitar todo e qualquer sacrifício para o bem sucesso de seus filhos. Há, portanto, duas perspectivas agindo atualmente em suas mentes: seu próprio *passado* na escola, e o *futuro* de seus filhos na medida em que este pode ser influenciado pelo processo escolar.

Para iniciar com exemplos do próprio passado dos trabalhadores, em todas as entrevistas conduzidas houve relatos de pais sendo fisicamente punidos ou ao menos tendo conhecimento de alguém em sua classe que havia tido tal sorte. Um dos exemplos mais comuns de punição física de que tinham lembrança, numa das escolas rurais unidocentes que eles haviam freqüentado, era o de serem forçados a permanecerem ajoelhados sobre grãos de milho ou feijão sempre que desobedecessem a seus professores. Outro método usado para punir as crianças nessa época (b) era o de seus professores puxarem as orelhas das crianças.

Embora possa ser dito que essas práticas tenham influenciado as opiniões atuais desses trabalhadores sobre os professores de seus próprios filhos, deve ser dito também que esta não é a única influência. Uma outra influência refere-se ao tratamento reverencioso que os pais dirigiam aos seus professores — e mesmo

(b) Cabe lembrar aqui que a punição física, ainda hoje é prática corrente da pedagogia da escola pública, ocorrendo com uma freqüência que a ausência de relatos de denúncia não faz suspeitar. Como não se sabe de uma investigação sistemática sobre isto, nessa afirmação baseia-se em “histórias” ouvidas aqui e ali. Uma “história” que nos foi contada recentemente nos dá conta da modernização sofrida por um antigo método: em vez de fazer a criança se ajoelhar sobre grãos de milho o professor usou fichas de garrafa.

agora aos professores de seus filhos — dirigindo-se a eles, invariavelmente, por «Senhor» ou «Senhora».

Há outros exemplos de punição física que os operários lembravam haver experimentado como escolares, mas esses eram mencionados menos freqüentemente. Algumas vezes eles tinham que ficar em pé; durante toda a manhã, na frente do quadro-negro, com as mãos erguidas. E quando se comportavam «mal», por exemplo, quando não faziam o tema de casa ou chegavam atrasados à escola, eram forçados a permanecer fora da sala-de-aula, com as mãos erguidas, na direção do gabinete do diretor, de tal maneira que pudesse ser mostrado a todos e publicamente quem eram os maus estudantes naquela classe específica. Finalmente, alguns poucos exemplos foram mencionados de professores em escolas rurais unidocentes que batiam a cabeça de seus alunos contra o quadro-negro.

Em vista dos comentários quase unânimes dos operários sobre a punição que eles recebiam na escola, cabe também relatar alguns exemplos de como eles fugiam de tais situações. Um método comum era tentar estabelecer amizade com suas professoras, carregando suas bolsas, limpando a sala-de-aula para elas, ou permanecendo nela em vez de sair para o recreio. Outra forma de escapar da ira das professoras era estudar bastante, memorizar suas lições e repetir tudo que eles imaginavam que a professora gostaria de ouvir. Se alguns desses operários encontraram formas de negar virtualmente sua condição de alunos, outros explicaram que no lugar da punição física eram obrigados a escreverem uma frase tal como: «Eu não devo perturbar a aula», ou «Eu devo fazer o tema de casa todos os dias» tantas vezes no seu caderno de aula. Uns poucos escolares, mas somente porque eles haviam sido alunos bem comportados.

Uma segunda perspectiva encontrada nas opiniões destes operários, uma perspectiva sobre o futuro, está associada com a idéia de sacrificar a si próprios para o bem de seus filhos. Se a esperança colocada na escola como um canal de mobilidade social pode ser encontrada em quase todos os segmentos da sociedade, ela é a maior entre estas famílias das classes trabalhadoras que em qualquer outro lugar. Dada sua própria experiência passada com a escola em áreas rurais, estes pais esperam muito - demasiado, na verdade - da escola de seus filhos, a qual é, no entanto, indubitavelmente melhor a que ela freqüentavam. Quando interrogados sobre suas opiniões sobre as professoras de seus filhos, a idéia de «sacrifício» era sempre apresentada como uma justificativa para a punição infligida pelas professoras. Comentários como os seguintes eram muito comuns em nossas entrevistas: «O que eu quero é dar a meus filhos uma educação, enquanto o dinheiro der». Outros diziam: «Faço todo o sacrifício possível para dar uma boa educação a meus filhos». Entretanto, havia também outros comentários, mais realistas, tais como: «Os pais, especialmente o pai, deve dar uma educação para seus filhos até onde for possível, e esperar que eles encontrem melhor trabalho, ou ao menos esperar até que eles possam trabalhar durante o dia

é estudar à noite, quando então eles poderão pagar o resto de seus estudos».

Com base nos dois fatores discutidos, as opiniões que os trabalhadores têm sobre a interação com as professoras de seus filhos serão agora apresentadas, na ordem de frequência com que aparecem em nossas entrevistas: a) papel predominante da mulher no contato entre a família e a escola; b) as comparações feitas pelos trabalhadores entre os professores de seus filhos e as suas próprias experiências passadas na escola; c) o tratamento diferencial dado pelos pais aos problemas de meninos e meninas na escola; d) as explicações dadas pelos pais para o fracasso escolar de seus filhos; e) a preocupação diferente que têm os pais sobre o futuro de seus filhos, em comparação com o de suas filhas; f) as expectativas sobre a escola como uma agência para treinar boas maneiras; g) esperanças e desilusões sobre a escola; e h) o contato entre pais e professoras.

O primeiro tópico a ser discutido é sobre a natureza do contato entre estas famílias de classe trabalhadora e a escola que suas crianças frequentam. Este contato é tipicamente uma responsabilidade feminina, fazendo parte das tarefas domésticas. Os homens são informados sobre problemas escolares em casa por suas esposas e filhos. Por estarem muito ocupadas durante o dia, sejam elas operárias de fábrica ou não, os contatos entre mães e professoras se dá somente em ocasiões especiais, tais como matrícula e entrega de boletins de avaliação. O número médio de visitas formais à escola, não contando aquelas mães que levam seus filhos à escola todos os dias, está em volta de duas a três vezes ao ano. A outra face da moeda, que aparece, embora raramente, são as visitas feitas à escola pelos maridos. Estes explicaram que isto acontece somente quando há uma razão específica: quando a mãe está doente, quando elas não sabem ler ou escrever, ou quando o pai está temporariamente desempregado.

Um segundo elemento nas perspectivas dos pais sobre a escola envolve uma comparação entre a experiência de escolarização dos pais e de suas crianças na escola que serve a vila. Há um consenso entre os pais, formado através da comparação entre os professores atuais de seus filhos e o que eles conheceram quando crianças, sobre como deveriam ser os professores. Esta visão pode ser deduzida a partir de seu relato de visitas à escola, especialmente das mães, e também dos relatos que os filhos lhes fazem do cotidiano na escola. Um julgamento comum é o que na sua época as professoras eram enérgicas, punindo as crianças com mais frequência e severidade; hoje em dia, as professoras seriam mais benevolentes e liberais. Nas entrevistas os operários diziam simplesmente: “elas hoje não castigam tanto”. Estes tipos de comentários estão bem relacionados com as relações atuais mantidas com as professoras de seus filhos. Os pais dizem que existe hoje um relacionamento mais informal entre essas professoras e seus filhos, o qual não havia na sua época. Entretanto, mesmo aceitando esta mudança de uma atitude mais rígida por uma atitude mais benevolente, houve pais que se queixavam do desaparecimento da tradição de «respeito» e que advertiam que as professoras deveriam manter um «status» que lhes granjeasse respeito. Esta

última consideração aplicava-se tanto ao relacionamento entre pais e professoras quanto àquele entre as crianças e suas professoras. Os operários entrevistados tentavam explicar esta mudança no relacionamento entre pais e professoras, argumentando que hoje em dia as professoras são jovens demais e com pouca experiência, diferentemente daquelas que foram suas professoras. Quando as professoras são do sexo feminino, a maioria dos casos, os pais insistem em que as jovens de hoje não exigem aquele respeito reverencial de seus filhos que as professoras exigiam no passado.

Um terceiro aspecto, muito importante, das perspectivas destes pais operários sobre a autoridade das professoras refere-se à maneira como eles infligem punição, seja ela física ou outra. Os pais acham que a punição é um meio necessário para aumentar a auto-disciplina e a aprendizagem de seus filhos. Em outras palavras, os pais operários desta vila tendem a considerar praticamente todo tipo de controle exercido pelas professoras sobre seus filhos como um comportamento natural e esperado. Os pais freqüentemente pedem como um «favor» às professoras: «faça tudo o que for preciso com meu filho, mas não se esqueça de lhes dar disciplina e conhecimento».

Exemplos desta atitude são muito comuns. Por exemplo, se uma professora pune uma criança que está repetindo a terceira série pela segunda vez, puxando suas orelhas e batendo sua cabeça contra o quadro-negro, os pais aceitariam isto como um tratamento normal para uma criança que se recusa a estudar, dizendo «Isto é necessário para nosso filho», ou «Se a professora fez isto, é porque é o certo», ou mesmo: «Se as professoras agem assim é porque nosso filho fez por merecer». Existe um tipo de entendimento tácito de que mais punição levará a mais aprendizagem. Outro exemplo deste tipo de atitude dos pais ocorreu no caso de um pai que se queixou sobre os efeitos de um castigo sobre sua filha. O castigo consistia em escrever a mesma frase em duas páginas do caderno. «Minha queixa é que não vai adiantar nada por minha filha, porque as últimas linhas são impossível de se ler». A queixa era, então, sobre o «produto» da punição, e não sua natureza! Houve somente uma queixa real sobre punição, de um pai cujo filho havia sido fisicamente punido a ponto de sangrar.

Um aspecto final da aceitação por parte dos pais da punição infligida a seus filhos refere-se à aquisição de atitudes e habilidades necessárias à competição no mercado de trabalho. Os pais não se importam se os seus filhos entram no mercado de trabalho após completarem a quarta série ou se entram mais tarde; o essencial é que seus filhos são moldados por meio de punições constantes, em algum ponto eles estarão aptos a conseguir um trabalho, porque eles estarão «educados». O significado de «ser educado» é claramente o de que seus filhos terão aprendido boas maneiras e serão respeitados por se comportarem apropriadamente.

Uma quarta característica em ordem de importância neste panorama de perspectivas sobre professoras se relaciona às formas pelos quais os operários

analisam o fracasso escolar de seus filhos. A maioria dos pais trabalhadores aceitam a autoridade da professora como normal e natural; se seus filhos falham, portanto, não é culpa da escola, mas deles próprios. Quando a mãe de uma criança que estava indo mal na escola explicou que seu filho tinha que repetir a quarta série porque estava doente por três semanas e não pôde recuperar-se e passar de ano, ou outra mãe disse simplesmente: «Repetir um ano? Oh, isto é problema dela».

Um quinto elemento na opinião dos pais sobre a escola e seus professores refere-se ao desempenho escolar de seus filhos e outros problemas, opinião que varia de acordo com o sexo das crianças. Em outras palavras, se uma família tem duas crianças na escola da vila, um menino e uma menina, haverá uma tendência para os pais demonstrarem uma maior preocupação quando um problema surgir, se ele for causado por uma menina do que se for causado por um menino. Para os pais é melhor que a filha permaneça na escola até que ela possa sobreviver por ela mesma ou, melhor ainda, até que ela obtenha um diploma universitário (eles freqüentemente sonham em ter uma filha advogada ou médica). Em relação ao exercício da autoridade, esta diferença de atitude tem como conseqüência o fato dos pais aceitarem mais facilmente que punições sejam infligidas sobre suas filhas do que sobre seus filhos, porque eles esperam que elas possam sair do sistema educacional com a mais alta qualificação possível; já em relação aos meninos, se estes não desejarem continuar seus estudos, isto é tido como sendo «problema deles» e que eles terão que buscar emprego por iniciativa própria. Uma tendência observada na vila é a de que os «guris» estão ingressando no mercado de trabalho mais precocemente que em outras épocas, com a grande maioria fazendo iniciação ocupacional na mesma profissão de seus pais, especialmente na indústria da construção civil. Uma exceção a essa tendência foi observada no testemunho de uma mãe a respeito de sua experiência prévia, a qual ela está tentando transmitir para sua filha: “Eu sou uma operária que estudou até a oitava série e olhe para mim, estou trabalhando «pra burro»; olha, minha filha, não tenha ilusões sobre a escola. Eu vou te preparar para a vida. Só aprenda como escrever e ler e depois disso eu vou procurar um trabalho para ti. Mesmo que tu tenhas que trabalhar mais tarde ou mesmo ser dona-de-casa, isso será muito melhor do que sentir-se desiludida».

Um sexto elemento deste panorama se refere à escola como uma agência de treinamento para aquisição de boas maneiras. Os pais operários consideram esse aspecto como muito importante para o futuro sucesso de seus filhos na vida. As mulheres operárias enfatizaram esta consideração com muita intensidade, dizendo que seria bom que seus filhos fossem para a escola, porque lá eles poderiam aprender a ser obedientes, como comer e beber apropriadamente na mesa, e também a formar bons hábitos de higiene. Os pais não protestam contra as punições infligidas a seus filhos na escola, já que eles acham que elas são necessárias para desenvolver essas qualidades, as quais também lhes serão de

utilidade em suas tarefas domésticas. Os pais sentem-se muito felizes, especificamente satisfeitos, quando a escola oferece aulas específicas de boas maneiras, em particular porque isso irá diminuir a influência negativa das jovens professoras referidas acima.

Um sétimo aspecto do pensamento dos pais sobre a autoridade das professoras de seus filhos refere-se a suas expectativas, mas também a suas decepções em relação ao processo escolar. É interessante observar, como foi dito antes, que os desapontamentos a respeito do progresso de seus filhos na escola não são traduzidos em queixas contra a escola; o que ocorre é exatamente o oposto, a ênfase é colocada na deficiência das próprias crianças. Sobre as expectativas que estes pais têm sobre a escola, o que deve ser salientado é que suas opiniões apresentam uma constante ênfase na escola como a única e última saída de sua condição de pauperização, isto é, como o único canal possível para que seus filhos encontrem ocupações significativamente diferentes daquelas que eles estão exercendo. As profissões mais comumente sonhadas para seus filhos, muitas vezes secundadas pela própria opinião dos filhos, estão situadas entre as de maior remuneração: médicos, advogados e funcionários públicos. Uma das razões dadas para essas escolhas era a de que nessas atividades as pessoas têm mais tempo livre em contraste com o seu próprio regime de 8 a 9 horas de trabalho diárias.

As desilusões com a escola têm como resultado a idéia de abandono definitivo da escola, permitindo que seus filhos deixem de frequentá-la. Em outras palavras, uns poucos pais não têm esperança nenhuma de que a escola possa alterar a sua posição de classe, seja a sua ou a de outras crianças. Para estes é melhor que seus filhos, especialmente os homens, comecem a trabalhar tão cedo quanto possível, não perdendo tempo em bancos escolares. Outra reação de decepção ocorre quando os trabalhadores se dão conta de que o sonho de ver seus filhos na universidade é impossível de ser realizado e então decidem matricular suas crianças em instituições educacionais paralelas nas quais eles estarão melhor preparados para obter empregos imediatos, postergando para sempre qualquer sonho de uma maior mobilidade.

Um oitavo e último elemento na relação de autoridade entre os pais e professores se refere às ocasiões nas quais os pais se encontram com os professores de seus filhos. Isto ocorre em ocasiões específicas, geralmente sábados pela manhã, quando os pais vão à escola para fazer o pagamento mensal da taxa do CPM. Quando questionados sobre isto, os trabalhadores não se queixavam de que eles tinham poucas chances de visitar a escola, ou de que quando iam à escola era tão somente para pagar uma taxa ilegal e serem recebidos pela secretária ou outro auxiliar subalterno e quase nunca pela diretora ou algum professor. Quando os operários querem falar com as professoras de seus filhos eles é que têm de fazer acomodações em seus horários, porque as professoras nada farão para alterar os delas.

3. Conclusões

As entrevistas descritas e analisadas acima suscitam uma série de discussões. Fica claro, antes de mais nada, que se existe um espaço nas perspectivas destes trabalhadores para aquelas idéias que mascaram a verdadeira função da escola, como por exemplo, a crença na escola como um canal de mobilidade social, estas sofrem uma transformação que faz com que as funções da escola tais como vistas pelos pais coincidam muito mais com as descrições de teorias sociais críticas (Althusser, por exemplo) do que com as funções proclamadas pelo Estado. É verdade que, ao contrário dessas teorias, a visão dos pais confere àquelas funções um caráter utilitário, a crítica do qual constitui exatamente o cerne daquelas denúncias. Assim, o papel da escola na inculcação de hábitos apropriados à entrada em postos inferiores do mercado de trabalho é intuído corretamente pelos pais, embora eles tendem a ver isto como um sub-produto benigno da escolarização. Existe aqui uma transformação das funções oficiais da escola, similares as observadas por Martins (1975) no meio rural.

Por outro lado, existe também um espaço de autonomia, no sentido de que as representações sobre a escola não são somente o resultado da inculcação de uma ideologia dominante, vista como um conjunto organizado de idéias que mascaram a verdadeira realidade das relações sociais, mas são produzidas culturalmente, no próprio meio operário. (Willis, 1981) Assim, por exemplo, a definição de pedagogia implícita na visão que estes pais têm da escola é mediada sobretudo pela sua própria experiência de escola. Existem elementos mesmo para afirmar (com base numa abundante literatura e numa pesquisa dos presentes autores, em curso) que, a despeito das opiniões dos pais a respeito da liberalização da escola, o paradigma pedagógico predominante na escola pública é ainda constituída de elementos conservadores cristalizados ao longo de muitos anos e que têm resistido a sucessivas ondas de inovação pedagógica. É importante ressaltar, entretanto, que embora produzidas de maneira autônoma, este aspecto das perspectivas dos operários sobre a escola contraria os seus próprios interesses objetivos e tem, assim, muito de «folclore», no sentido gramsciano do termo. Este é um elemento que deve ser levado em conta por propostas pedagógicas dirigidas à classe trabalhadora, pois existe uma grande probabilidade, a julgar pelo que relatamos, de que os trabalhadores reajam negativamente a pedagogias que não correspondam à visão estereotipada que têm do que deva constituir uma escola «legítima», a qual corresponde, em última análise, ao paradigma de relação de autoridade observada na família.

Entretanto, a conclusão mais evidente a ser extraída desta pesquisa é a virtual impotência dos pais perante a escola. À semelhança do que acontece com outras instituições estatais (as da previdência, saúde, segurança, etc.), a instituição escolar é ágil na prestação de contas ao complexo aparato burocrático educacional formado pelas secretarias, delegacias, etc., mas totalmente divorciada daqueles a quem deveria, por primeiro, atender. Parece que a escola

pública tem estado demasiado ocupada em atender às exigências ritualísticas de supervisores e inspetores educacionais para poder dedicar algum tempo ao estreitamento do relacionamento com os pais das crianças que freqüentam. Por outro lado, quando algum contato se dá, este se faz em condições de total subordinação dos pais às autoridades escolares, sejam estas diretoras, professoras ou orientadoras educacionais. As relações de subordinação a que as classes populares estão submetidas em outras esferas de suas vidas têm o seu paralelo no relacionamento com a escola pública freqüentada por seus filhos. Os profissionais da escola representam para esses pais o outro lado da divisão social do trabalho a que eles não têm acesso, o intelectual, e como tal são respeitados.

Com base nesta verificação, fica difícil aceitar certa tendência em meios educacionais progressistas a equacionarem os interesses de trabalhadores da educação com os dos trabalhadores manuais (Gorz, 1982, p. 16). Se uma aproximação desses interesses pode ser considerada como desejável, ela não é, entretanto, um fato. Pelo contrário, a evidência existente sugere amplamente que os profissionais da escola e os trabalhadores têm estado em lados opostos, ao menos, no que se refere à aspectos da escolarização das classes trabalhadoras.

Na mesma linha de raciocínio é que deve ser encarada a proposta atualmente corrente em associações de professores para democratizar a administração da escola pública através da escolha de seus diretores pelos próprios professores. Embora esta seja certamente uma condição necessária para obter aquela democratização, ela está longe de ser suficiente. Esta democratização só se dará, em nossa opinião, através de uma descentralização progressiva da administração das escolas públicas, pelo seu desacoplamento da burocracia educacional estatal e pelo seu estreito acoplamento à comunidade a que serve, através da participação dos pais nas decisões mais importantes da escola e não apenas em eventos festivos para a coleta de fundos para cobrir a omissão do Estado da obrigação constitucional de fornecer escola efetivamente gratuita a todos.

Certamente uma proposta deste tipo deve enfrentar dificuldades objetivas, como a falta de tempo dos pais para comparecer a reuniões na escola, e, mesmo um desinteresse real, criado e reforçado por uma longa experiência de contatos frustrantes com a escola. O formato usual deste contato, como se deduz desta pesquisa, se dá invariavelmente em situações que colocam os pais em situação de subordinação ou de alienação do centro das questões pedagógicas. O primeiro caso é exemplificado pelas reuniões convocadas pela escola, em que um grande grupo de pais *recebe* as comunicações das autoridades escolares, de modo geral, sobre as *regras* da escola. Difícilmente um pai arrisca falar alguma coisa nessas reuniões, inferiorizados que se sentem perante a melhor fluência verbal dos professores e autoridades escolares e seu suposto conhecimento técnico sobre pedagogia. Já a entrega dos boletins é um exemplo de contato dos pais com a escola em que a fatalidade e o caráter definitivo da comunicação dos resultados escolares serve para tornar ainda mais invisível para os pais o centro de processo

educacional — aquilo que se passa dentro das salas-de-aula. A natureza de sentença do boletim apenas serve para reforçar um paradigma pedagógico em que a «culpa» de um dos participantes por um possível fracasso é sempre tornada visível e pública, enquanto a possível culpa do outro, o professor, é ocultada através de uma série de mecanismos que fazem parte do repertório cultural escolar. Em qualquer dos casos, o essencial é deixado de fora.

Tentar sugerir formas de romper este paradigma seria entrar numa análise da estrutura institucional das escolas públicas, da cultura escolar e do papel do Estado no fornecimento de educação às classes populares, a qual não constitui o objetivo deste artigo. Entretanto, que caberia dizer aqui que nenhuma mudança no relacionamento que estivemos analisando poderá se fazer sem uma compreensão crítica, mas não reducionista, do contexto em que as interações escolares se dão. Esta observação é necessária, inclusive, para que não se veja na nossa análise, uma tentativa de crucificar a escola e glorificar os pais de classe trabalhadora. Como esperamos ter deixado claro, uma análise que leva em conta tanto o nível estrutural quanto o cultural, objetiva exatamente o contrário: mostrar que a complexidade das relações sociais não cabe dentro de quadros de referência esquemáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FISCHER, N. *Working class culture: a case study of authority in Brazil*. Stanford, Stanford University, 1981. Tese dout.
2. FUKUI, L. et alii. Escolarização e sociedade: um estudo de excluídos da escola. *Educação & Sociedade*, São Paulo, 4(11):72-91, jan. 1982.
3. GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
4. MARTINS, J. de S. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975.
5. WILLIS, P. *Learning to labour: how working class kids get working class jobs*. New York, Columbia University Press, 1981.

ABSTRACT

The analysis of the relationship between the minority group (working class) and Public Schools so far has been characterized by being centered upon interests of this social class. On the opposite this article presents the parents point of view (parents belonging to the working class) about the children's school.

In order to collect data for this research study, non-structured interview and observations of everyday life events were used.

(Recebido para publicação em 09.08.83).